

Povos indígenas no Brasil 2001/2005

Povos indígenas no Brasil 2001/2005

Mônica Thereza Soares Pechincha

*Doutora em Antropologia pela UnB. Professora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB.
e-mail: natecogota@ig.com.br.

RICARDO, Beto; RICARDO; Fany (Orgs.). *Povos indígenas no Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, 879 p.

A publicação *Povos indígenas no Brasil 2001/2005* compõe uma coleção em que é o décimo volume de uma série iniciada em 1980 pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e posteriormente assumida pelo Instituto Socioambiental (ISA). O grande valor da coleção Povos Indígenas do Brasil, ou os PIB, como são conhecidos, reside no fato de que apresentam o resultado do acompanhamento detalhado das relações desses povos com o Estado e com a sociedade brasileira e da trajetória indígena no país nos últimos 20 anos.

Tal como os anteriores, o PIB 2001-2005 foi organizado e redigido com a contribuição de muitos dos que são – tanto do ponto de vista temporal quanto de engajamento político – profundamente envolvidos com a chamada “questão indígena”, seja na ação profissional, na acadêmica, ou nas duas. Assim construído, o PIB oferece uma orientação qualificada a iniciantes e veteranos, a estudantes e pro-

fessores interessados no entendimento da situação desses povos no contexto do estado-nação. Dada a forma de sua organização e a gama de conteúdos que reúne, o PIB 2001-2005 pode ser muito útil para o leitor da área de educação como uma espécie de compêndio à mão sobre os assuntos indígenas que marcaram o período de tempo a que se refere. Então vejamos.

Basta abrir o PIB 2001-2005 e já se encontra imediatamente, no anverso da capa anterior, o mapa das terras indígenas no Brasil em 2006, remetendo a uma legenda que informa sobre a sua situação jurídica. No anverso da capa posterior se encontra um mapa da Amazônia Legal com a situação das terras indígenas, em comparação com as demais áreas protegidas, como também com as áreas de franco antropismo e desmatamento. Estes mapas apresentam ao leitor, de chofre, a situação geopolítica e ambiental das terras indígenas (TIs). O mapa posterior mostra a situação de preservação das TIs, que é tema sob

grande enfoque nestes últimos cinco anos. Conforme chamam a atenção, os editores do PIB na apresentação da obra, os índices de desmatamento nas TIs são inferiores aos das Unidades de Conservação federais e estaduais e muitíssimo inferiores ao desflorestamento fora de áreas protegidas. Isso mostra que as TIS, apesar da pressão crescente do agronegócio nos seus limites e dentro delas, são modelos de preservação no quadro da situação ambiental do país. O mapa da Amazônia Legal traz ainda referências à localização de muitos grupos indígenas isolados. Além destes dois mapas, há ainda outros trinta e quatro na publicação, com semelhante teor informativo.

Logo no início, o PIB 2001-2005 nos oferece a "lista de povos indígenas no Brasil" atualizada, em uma tabela de sete páginas com a relação alfabética dos povos e respectivos outros nomes ou grafias, famílias lingüísticas, localização geográfica, população e fontes/datas. A equipe editorial avisa: esses dados foram compilados e equacionados a partir de diversas fontes governamentais e não governamentais e de dados de pesquisadores e colaboradores individuais, em um grande esforço de sistematização. Com isso, o PIB encurta o caminho da pesquisa para os interessados. Ademais o ISA destaca-se como instituição referência na organização de informações e análises sobre os povos indígenas, e aparece citado em um sem número de publicações como fonte de pesquisa de grande respeitabilidade.

O número e o conteúdo das imagens fotográficas também são significativos, satisfazendo a necessidade do leitor de um

contato visual com a diversidade desses povos, por meio de sua aparência, de sua indumentária, de suas habitações, de seus rituais, de sua mobilização e manifestação política, de seu sofrimento e de suas conquistas. No final da obra apresenta-se ainda uma lista de organizações indígenas – e respectivos endereços na Internet – instituições universitárias no Brasil, na América Latina e "no mundo", jornais, sites e portais, dentre outras fontes, oferecendo-nos mais esta facilitação para a pesquisa escolar.

Quando identificamos os colaboradores, que escreveram voluntariamente para o PIB, deparamo-nos com um conjunto de representantes de instituições, pesquisadores e profissionais, que constituem uma rede atenta à situação dos povos indígenas no país (são 178 artigos assinados). Os colaboradores são de diversas áreas: Direito, Antropologia, História, Demografia, Lingüística, Medicina, Biologia, Geografia, Engenharia Florestal, Economia, Filosofia, Jornalismo, Cinema, Literatura, Música, Educação. Podemos identificar, por meio de suas referências, diversas pesquisas em curso. Mostra também que a causa indígena não é de domínio exclusivo de antropólogos e que ela tem atraído o interesse de outros profissionais de campos diferentes de conhecimento.

Nesta época em que é crescente a reivindicação dos povos indígenas por protagonismo e autodeterminação, não é à toa que o PIB 2001-2005 tenha dado a palavra aos indígenas logo no seu início. E abre-se com chave de ouro com a fala poética de David Yanomami, forjada no mito, que o faz capaz de traçar um comovente

paralelo entre as palavras e os pensamentos Yanomami (belas palavras e pensamentos, como diz) e os dos “brancos”. Todas as falas dos cinco líderes indígenas que abrem a publicação têm como tema, sob o ponto de vista indígena, o perigoso e desagregador contato com o “branco” e mostram a preocupação com as suas gerações futuras, alertando os seus jovens a se voltarem para seu mundo próprio e a reconhecerem o saber e a força da tradição no traçar o rumo de seus destinos como povos indígenas. Pode-se inferir que, no período que estamos vivendo, este temor, preocupação e desejo cercam muitos povos indígenas e dá o tom de sua política.

O enorme volume do PIB 2001-2005 tem, conforme seus apresentadores, o objetivo de “fazer um resumo da situação dos povos indígenas” nesse período. Daí o plano do livro: seis capítulos com vários artigos, cada um versando sobre temas da maior relevância para povos indígenas, tais como quem são, quantos são, as línguas que falam, os seus direitos, a situação das suas terras, educação escolar, saúde, a exploração dos recursos naturais das TIs e de seu entorno, propriedade intelectual entre outros.

Seguem esses seis capítulos iniciais outros desenove que versam sobre povos indígenas distribuídos também em 19 regiões, com recortes variáveis. Assim, podemos passar dos temas gerais para aqueles referidos a realidades específicas no âmbito da enorme diversidade entre os povos nos seus contextos locais. É nesta última e volumosa parte que se encontram, após os artigos temáticos, inúmeras notícias de jornal, reunindo as manchetes/temas com os aconte-

cimentos e querelas que também deram o tom da política indígena e indigenista nesse tempo recente.

Dentre a gama de temas explorados cabe chamar a atenção para dois que se destacam como grandes novidades no cenário indigenista atual e que estão em pauta no PIB 2001-2005: o aumento do número de povos indígenas que remete à provocativa pergunta sobre quem é índio no Brasil, magistralmente respondida no PIB pelo Professor Eduardo Viveiros de Castro; e a promulgação da Convenção 169 da OIT¹. O primeiro desses dois temas, o aumento do número de povos indígenas – que passou, em cinco anos, de 216 para 225 – explica-se principalmente pelos chamados processos de etnogêneses ou de emergências indígenas. Comunidades que, ao longo do tempo, foram impelidas violentamente a se desindianizar, pelos descimentos, reduções, catequização e outras ações deliberadas e incansáveis do estado (que sempre foi, ademais, quem definiu o que é índio e qual deveria ser o seu destino) estavam submersas e hoje emergem e reclamam o seu reconhecimento: como afirmam muitas delas, não como emergentes, mas como *resistentes*. Comunidades que, com base na sua legítima autodeterminação, querem manter a sua diferença na nação. A Convenção 169 – que determina a oitiva às comunidades indígenas em todo e qualquer projeto, empreendimento, em qualquer decisão do legislativo ou do executivo que afetem seu modo de vida, suas instituições, suas terras, seu bem estar – empodera, como nunca antes, os povos indígenas na sua autodeterminação.

Todavia, hoje os direitos dos povos indígenas ainda não estão devidamente reconhecidos diante do rol de interesses anti-indígenas do estado-nação e da sociedade brasileira e o PIB faz um balanço desta situação. Infelizmente, ainda são poucos aqueles que admitem o valor de existirem outros modos de vida e visões de mundo que não a hegemônica da sociedade nacional. Por outro lado, mesmo que há séculos o estado colonial ou o nacional venham tentando erradicar a diferença indígena, esta, todavia, reluta continuamente e este é um recado bem fundamentado no PIB. A nossa escola, ainda tão distante e tão desinteressada pelo posicionamento desses povos na nação e pelo tipo de relação que

com eles estabelecemos historicamente, pode desempenhar um papel importante na democratização dessas relações, como formadora de opinião. A leitura do PIB pode ajudar a introduzir o tema das diferenças indígenas na escola, diferenças que podem gerar todo um deslocamento de conceitos e pré-conceitos com que nos acostumamos a pensá-las, em proveito do redimensionamento, para mais, dos nossos próprios projetos de educação.

Notas

¹ Em abril de 2004, o Governo Brasileiro promulgou por meio do Decreto nº 5.551 a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.

Recebido em 17 de agosto de 2006.

Aprovado para publicação em 30 de agosto de 2006.